

4 julho 2015

European Anti-Poverty Network

Declaração Final

Assembleia Geral

Bilbau, 04 de julho de 2015

“As ações das instituições europeias e do FMI estão a colocar a vida da população grega em risco - precisamos de reafirmar o papel da União Europeia como um projeto democrático e social”.

Mais de **150** delegados da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), representando 31 redes nacionais e 18 organizações europeias reuniram-se em Bilbau, para a sua Assembleia Geral.

Os delegados expressaram a sua profunda e sentida solidariedade para com o povo da Grécia e todas os cidadãos que, noutros países intervencionados pela Troika, estão a sofrer as consequências de programas de austeridade perigosos, que agravaram a pobreza e devastaram a vida de pessoas por toda a Europa. O Encontro **apelou aos Chefes de Estado e de Governo para darem prioridade ao** bem-estar das pessoas **em vez** de privilegiarem os interesses puramente financeiros, beneficiando uma minoria. Apelaram ainda à disponibilização imediata de fundos para apoiar serviços essenciais e os rendimentos e promover o emprego na Grécia e em outros países que sofrem as consequências das políticas de austeridade. Os delegados sentiram igualmente que já é tempo de reconhecer a necessidade imediata de uma **redução substancial da dívida se não mesmo o alívio da dívida.**

Para além disso, os delegados da EAPN apelaram, com igual urgência e preocupação, aos Chefes de Estado e de Governo, bem como à Comissão Europeia para responder de forma adequada e sem demora à crise humanitária que continua a verificar-se nas fronteiras da União Europeia e, em particular, no Mediterrâneo, onde milhares de requerentes de asilo enfrentam a morte na tentativa de chegar à Europa. Este é o momento em que a UE tem de demonstrar que está comprometida com os seus princípios fundadores da solidariedade, e do respeito pela democracia e pelos Direitos Humanos. Os delegados exigiram que a Convenção Europeia dos Direitos do Homem deve ser o instrumento central orientador das ações para resolver esta crise humanitária

Os delegados pediram em concreto que:

- Um follow up tangível do acordo dos Chefes de Estado e de Governo no passado mês de abril para "mobilizar todos os esforços para evitar que mais pessoas morram no mar e para resolver as causas profundas da migração;"
- Os Estados-Membros partilhem a responsabilidade do acolhimento dos requerentes de asilo, e disponibilizem fundos adicionais para garantir que estes cidadãos são tratados com dignidade;
- A UE vá mais longe no combate às causas económicas e políticas da migração involuntária, decorrentes das crescentes desigualdades nos e entre países.

Neste contexto, a EAPN está profundamente dececionada que o recente Conselho Europeu tenha sido incapaz de chegar a acordo sobre um sistema de quotas de trabalho. No entanto os delegados saudaram a decisão do Conselho de 40.000 refugiados e pediram informações sobre que tipo de recursos serão disponibilizados para a inclusão social real dessas pessoas e das organizações que os apoiam. No entanto, os delegados expressaram uma dúvida fundamental que a decisão de receber 40 000 requerentes de asilo tenha qualquer relação realista com o número de pessoas que arriscam as suas vidas para chegar à Europa.

Os delegados pediram aos governos europeus, à Comissão Europeia e ao Parlamento Europeu para ajudar a combater o crescente racismo e xenofobia na Europa, promovendo uma melhor compreensão do contexto social, cultural e económico dos requerentes de asilo.

Os delegados da EAPN sentiram-se sensibilizados pelo apoio e solidariedade que as pessoas no terreno, na região do Mediterrâneo, estão a demonstrar, para com os requerentes de asilo e migrantes, quando estes chegam à Europa. Estão a praticar um ato de solidariedade que deve ser um princípio orientador para todos nós. O povo de Lampedusa, em particular, ajudando migrantes involuntários, muitas vezes com grandes dificuldades eles próprios, conseguiram dar resposta à falta de soluções estruturais da Europa. Estas populações merecem o reconhecimento, de nada menos do que o Prémio Nobel da Paz.

Finalmente, os delegados reforçaram que:

- **Considerando que se estima que 22.000 migrantes morreram no Mediterrâneo entre 2000 e 2014 na sua viagem fatal para a Europa;**
- **Considerando que mais de 1 em cada 4, mais de 121 milhões de pessoas estão em situação de pobreza na União Europeia;**
- **Considerando que a continuada política de austeridade força cada vez mais pessoas para a pobreza;**

os Chefes de Estado e de Governo, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu deem prioridade ao desenvolvimento de políticas sociais para erradicar a pobreza e a exclusão social e combater as desigualdades crescentes.

Neste contexto, os delegados também apelaram à necessidade urgente de um programa concertado para enfrentar a pobreza em toda a UE, desenvolvido e implementado com a

participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão. As ONGs que os apoiam devem também tornar-se uma nova prioridade, isto se a UE pretender restaurar a legitimidade democrática e desenvolver soluções que possam respeitar esses direitos e as promessas feitas.

Bilbau, 4 julho 2015